

"Trabajo preparado para su presentación en el VII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Bogotá, 25 al 27 de septiembre de 2013."

LÓGICAS DE LIDERANÇAS ASSOCIATIVAS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Autor: Pompilio Locks Filho

E-mail: pomlocks@gmail.com

Vínculo: Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Área temática: Participação Política

Resumo

A partir do final da década de 1990 alguns estudiosos brasileiros começaram a analisar o surgimento de fenômenos associativos que emergiam no tecido social do país. Em seus primeiros anos as produções no Brasil possuíam um caráter essencialmente teórico e especulativo, de modo que gradualmente começaram a aprofundar questões empíricas que desvelaram a complexidade das relações estabelecidas no seio da sociedade civil. Apesar desse avanço qualitativo, uma diversidade de questões relativas ao associativismo ainda são pouco exploradas na literatura brasileira em ciência política, tendo em vista a importância do tema para o funcionamento da democracia e para os estudos democráticos. Assim, buscamos contribuir para esse debate analisando as dinâmicas de participação política estabelecidas por líderes de associações e cooperativas da região metropolitana de Porto Alegre tendo em vista dois aspectos específicos. Em primeiro lugar, buscamos entender as relações de participação política e tomadas de decisões coletivas internas às associações, que nos permitem perceber as tensões entre os dirigentes dos grupos e os demais associados. Em segundo lugar, analisamos as dinâmicas externas dos grupos, estabelecidas com governos, partidos e movimentos sociais, que se configuram de distintas maneiras. Essa pesquisa foi realizada no ano de 2011 com nove associações e cooperativas produtivas de ramos diversificados da Região Metropolitana de Porto Alegre, nas quais participamos das reuniões e dos fóruns dos grupos, bem como realizamos entrevistas em profundidade com os dirigentes e trabalhadores dos grupos.

INTRODUÇÃO

A ditadura militar brasileira (1964/1985) marcou uma época em que a vida política no país foi reprimida de modo que o padrão associativo da população era restrito a grupos tipicamente apolíticos, como os religiosos e os esportivos. A partir de 1985, com a redemocratização, foram modificadas as relações estabelecidas entre a sociedade civil e o sistema político no país. Uma das possibilidades de observação desse processo é pela enormidade de associações¹ que surgiram no país no final da década de

¹ De forma sucinta podemos definir associações de acordo com o artigo nº53 da constituição brasileira como “união de pessoas que se organizem para fins não econômicos”. Na academia, autores como Cadena-Roa e Espinosa (2005) e Scherer-Warren (2004) afirmam que associações são agrupamentos

1980, entre as quais se destacam as associações feministas e étnicas, ambientalistas, de direitos humanos, científicas e de trabalhadores que colocaram na esfera pública questões que confrontaram o sistema político nacional.

Como faz pouco mais de uma década que iniciaram as pesquisas mais proíficas e sistemáticas sobre as associações e organizações² da sociedade civil no Brasil³, o fenômeno ainda é pouco compreendido na academia. Entre as principais questões já colocadas por esses estudos estão a autonomia e a dependência das organizações frente ao poder público, as relações internas hierárquicas ou verticais, o surgimento espontâneo ou constrangido e também a possibilidade de aprimoramento da “cultura política”⁴ ao invés de sua reprodução. Mesmo que o debate avançou a partir dessas problemáticas, ainda existem muitas lacunas abertas para os pesquisadores brasileiros, uma vez que “pouco sabemos, por exemplo, das hierarquias internas e da capacidade de ação desiguais das organizações civis, da sua diferenciação funcional e das clivagens políticas e conflitos internos, em suma, do *modus operandi* da sociedade civil” (Bichir, Castello, Gurza Lavalle, 2007, p. 73).

Tais questionamentos continuam pairando no cenário político e acadêmico brasileiro que de maneira inédita observa a proliferação de associações dos mais diversos tipos, fato que amplifica a importância do associativismo no funcionamento da democracia no país neste início de século. Para acompanhar essa mudança é necessária uma compreensão apurada do fenômeno calcada na observação empírica das próprias lógicas e atuações dos grupos e indivíduos na sociedade.

Por este viés, existe um amplo leque de questões ainda pouco exploradas na literatura brasileira em ciência política. Buscamos contribuir para esse debate analisando as dinâmicas de participação política estabelecidas por líderes de associações e cooperativas da região metropolitana de Porto Alegre, especificamente da cidade de São Leopoldo. Nesse texto trabalhamos com dois objetivos específicos. Em primeiro

voluntários de ação coletiva de pessoas organizadas por metas comuns, regras de funcionamento e elementos simbólicos que lhes dão identidade.

² Embora se utilizem os termos associações e organizações como sinônimos na literatura nacional, utilizaremos o termo associações porque é a denominação legalmente corrente dos tipos de grupos que analisaremos adiante.

³ Entre esses estudos destacam-se (AVRITZER, 1997; SCHERRER-WARREN, 2004; GURZA-LAVALLE, 2007; KUNRATH, 2007).

⁴ Alguns pesquisadores brasileiros vinculados as teorias de cultura política tentaram compreender a influência do associativismo na formação de capital social. Ver: Baquero, 2003.

lugar, nos perguntamos sobre as especificidades das dinâmicas de participação política e tomada de decisões internas dos grupos, com ênfase na relação entre líderes e liderados. Em segundo lugar, tentamos entender como esses líderes se movimentam e se relacionam com o sistema político e os outros atores da sociedade civil⁵, como governos, partidos políticos e movimentos sociais.

Para tanto realizamos uma pesquisa no ano de 2011 com nove associações e cooperativas produtivas de ramos diversificados da cidade de São Leopoldo, situada Região Metropolitana de Porto Alegre. Nesses grupos nos centramos na atuação interna externa das lideranças no cenário municipal. A metodologia utilizada foi essencialmente qualitativa o que por um lado limita a possibilidade de generalização e por outro possibilita entender de maneira detalhada os processos observados. Participamos durante seis meses das reuniões e dos fóruns dos grupos, realizamos entrevistas em profundidade com os dirigentes e trabalhadores, com as instituições de assessoria e com o poder público, culminando em quarenta e cinco horas de gravação e mais de 150 páginas transcritas. Esse material foi analisado e interpretado a partir das perguntas e dos objetivos do trabalho junto das observações e anotações que realizamos durante o processo de coleta de dados.

Na primeira parte do trabalho apresentamos algumas tentativas de operacionalização do conceito de liderança na literatura acadêmica brasileira, demarcando a forma como será utilizada no restante do texto. Em um segundo momento, contextualizamos de maneira mais precisa a pesquisa. Após, utilizamos do material coletado nas entrevistas para iluminar as tensões nas relações entre os líderes e os liderados apontando alguns problemas observados durante a pesquisa. Na quarta parte tentamos compreender a complexidade das lógicas de participação política externa das lideranças. Concluímos com as principais descobertas e possibilidades de estudos a partir desse artigo.

⁵ Segundo Scherer-Warren (1998), em nítido vínculo a compreensão habermasiana, uma das possibilidades de compreensão da realidade pode ser feita a partir da tríade - Estado, Mercado e Sociedade Civil, onde “A sociedade civil é aqui considerada como o berço do associativismo civil, do voluntariado e dos movimentos defensivos e propositivos oriundos do tecido social e comunitário” (SCHERER-WARREN, 1998, s/n).

2. COMO ANALISAR AS LIDERANÇAS: TEORIA E EMPÍRIA

O conceito de liderança possui grande importância na análise dos processos políticos atuais. É utilizado tanto por autores que lidam com as instituições formais da democracia, como os partidos políticos, quanto por pesquisadores cujo foco reside em instituições informais, como movimentos sociais e associações. Apesar do trânsito em todos esses âmbitos da análise política, poucas produções acadêmicas dão conta do potencial explicativo do conceito de liderança. Ou seja, “o termo ‘liderança política’ é tão vulgarizado quanto impreciso; conceitualmente, segue como um campo em aberto receptivo aos mais diferentes sentidos” (MELO, 2012, p.13. No mesmo sentido, “el análisis del papel que juega el liderazgo en el desempeño de organizaciones de acción colectiva es mucho menos frecuente, a pesar de la importancia que se le reconoce.” (RAPOPORT, 2010, p.154)

Essa amplitude do conceito de liderança está relacionada aos diversos termos que se acoplam e entrelaçam nas análises empíricas do fenômeno, como dominação, autoridade, influência, legitimidade e poder, e que dificultam a compreensão das práticas construídas socialmente pelos grupos e indivíduos. Diante desse cenário não pretendemos esgotar nem o debate conceitual nem o empírico sobre a liderança.

No Brasil o fenômeno das lideranças foi pouco explorado como objeto de estudo no cenário acadêmico, mesmo que já saibamos da importância desses atores quando tratamos de fenômenos da ação coletiva. Atualmente alguns pesquisadores começaram a observar com mais cuidado as lideranças, seja em movimentos sociais ou associações e cooperativas (TATAGIBA, 2010; CRUZ, 2007; VERONESE E SCHOLZ, 2011).

Nas pesquisas sobre os movimentos sociais a liderança assume um papel secundário, tendo em vista que o foco está voltado para a identidade, as formas de ação, a efetividade e a relação dos coletivos com as instituições políticas. Nesse caso, ela aparece como um aspecto interessante em que “a mudança no padrão da liderança é um tema que merece ser aprofundado em estudos futuros” (TATAGIBA, 2010, p. 80). A mesma autora observa que no Brasil a partir dos governos do Partido dos Trabalhadores em nível federal e municipal, entramos em um contexto político que marca a passagem de um padrão de *liderança voluntária* para uma *liderança profissionalizada* vinculada

aos partidos políticos e aos governos. Contudo, análises das tensões oriundas dessa transformação ainda não foram realizadas.

Em relação às associações e cooperativas Cruz (2007) também nota a profissionalização das lideranças políticas no cenário político municipal e acrescenta que o sistema político representativo se reproduz nos grupos, com relações verticalizadas e dependentes das lideranças. Por outro viés, pesquisas como a desenvolvida por Veronese e Scholz (2011) apontam novos contextos nas práticas associativas, como o embrionário surgimento de uma *liderança solidária* – contrária a *liderança empresarial/tradicional* - em que “os atores sociais já percebem com outro discernimento a proposta do trabalho coletivo, das suas responsabilidades e da necessidade de participação nas instâncias estratégicas do empreendimento.” (2011, p.11).

O que esses trabalhos mostram é que existem formas distintas de entender a atuação das lideranças no cenário nacional. Por um lado a literatura aponta um histórico de lideranças tradicionais, carismáticas, e, no limite, profissionalizadas. Por outro existem os líderes facilitadores, voluntários e solidários. No entanto, o que essas tipologias querem dizer quando confrontadas com as práticas sociais de lideranças? Entendemos que tais categorias expressam a dificuldade conceitual que se opera ao analisar a questão, de modo que escolhemos nesse texto partir de alguns pressupostos mínimos de liderança.

Os líderes dos grupos são entendidos aqui como aqueles que possuem algum cargo formal de representação e “dirigem” os rumos coletivos. São os presidentes, vice-presidentes, conselheiros, tesoureiros ou até coordenadores de setor⁶. Por sua vez, são indivíduos com determinadas capacidades de executar determinadas ações pelo coletivo ou pelos liderados e “sólo se convierte en líderes quienes tienen los atributos personales, sea de capacidad de conducción, de afrontar riesgos que plantea el entorno, de resolver asuntos, de visión de futuro u otras cualidades.” (RAPOPORT, 2010, p.173).

⁶ Muito embora existam problemas nessa relação direta, como aponta Rapoport (2010, p.158) “cómo distinguir a um líder de um mero administrado en una empresa, o a um líder de una persona que ocupa el mas alto cargo de gobierno?”. Esse problema reside no fato de que também existem líderes informais, ou seja, que não ocupam cargos administrativos e de direção.

Muito mais do que um processo unicamente individual, existe o fator contextual que situa os líderes em determinadas situações sócio-históricas de ação e discurso, ou seja, a liderança é

“una actividad socialmente construida que modela y es modelada por el contexto en un proceso de interacción, en que la acción se orienta a influir en otras personas para lograr determinados objetivos buscados, con base en determinados atributos personales de quien ejerce la influencia.” (RAPOPORT, 2010, p.173)

A tensão indivíduo-contexto, portanto, é constante em uma análise da liderança e, como toda ação, está sujeita a processos de continuidade e ruptura que possibilitam mudanças em sua própria estrutura. Portanto, o ato de liderar não é um ato estático no espaço e no tempo, pois está em constante mutação, ou seja, existe enquanto ação ou processo em curso sujeito a mudança. Com isso queremos dizer que por mais afinados que sejam as nossas teorias ou tipologias de lideranças elas captam tão somente parte da riqueza empírica do fenômeno. Levando isso em consideração nas próximas linhas mostramos o contexto no qual foi realizada a pesquisa.

3. O CONTEXTO DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Realizamos a pesquisa no município de São Leopoldo, localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre, a 30 km da capital do Estado do Rio Grande do Sul. Como podemos observar na Tabela 1, selecionamos nove associações e cooperativas produtivas⁷ que, de maneira geral, são um tipo de entidade sem fins lucrativos cuja característica principal reside na prestação de serviços com foco na produção de bens comercializáveis, baseadas na associação de pessoas e na administração democrática.

Tabela 1 - Nove Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) Analisados⁸

Nome do grupo	Nº de sócios	Ano formação	Ramo
Grupo 1(Pequeno Porte) até 9 sócios			
EES A	8	2005	Artesanato e alimentação
EES B	6	2008	reciclagem
EES C	9	2007	Mat. de limpeza ecológico
Grupo 2 (Médio Porte) 10 a 29 sócios			
EES D	13	2009	reciclagem
EES E	14	2004	reciclagem

⁷ Sobre o regime jurídico do cooperativismo ver: de acordo com a lei federal Nº 5.764 DE 16.12.1971. Sobre as associações ver o código civil ver: lei federal nº 10.406 de 10.01/2002, artigo nº 53 ao nº 59.

⁸ Os nomes dos grupos e das lideranças analisadas foram ocultados para resguardar a identidade dos interlocutores da pesquisa.

EES F	27	2006	reciclagem
Grupo 3 (Grande Porte) mais de 30 sócios			
EES G	32	2001	metalúrgica
EES H	35	2005	artesanato
EES I	116	1998	reciclagem

Os nove grupos que estudamos surgiram em anos distintos, possuem uma variedade de tamanhos e de finalidades econômicas. Foram selecionados de acordo com a participação que tinham nos fóruns e nas redes estabelecidas na cidade, bem como pela pré-disposição para a realização da pesquisa. Além disso, contamos com ajuda da Secretaria Municipal de Economia Solidária, bem como da Secretaria Municipal de Limpeza Urbana que nos disponibilizaram alguns dados e informações sobre as associações e cooperativas da cidade.

Cabe ressaltar que essas associações e cooperativas produtivas estão inseridas dentro das políticas públicas que se denominam de economia solidária no Brasil. Segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a economia solidária se define como um conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas sob a forma de autogestão (SENAES, 2003), conceito que, junto com o de cooperação, concede um ângulo distinto a essa forma de economia (Gaiger, 2004, p. 13). Ao mesmo tempo, como a maioria dos envolvidos na economia solidária entra na ação coletiva em contextos de desemprego, vulnerabilidade e precariedade, conferem-se ao movimento características de combate às desigualdades sociais (Gaiger, 2004).

Trazemos essa definição porque um dos mais importantes mapeamentos sobre associações e cooperativas do Brasil foi realizado pela SENAES e divulgada através do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES)⁹. Essa base de dados é composta pelo primeiro mapeamento da economia solidária no Brasil, feito no ano de 2005 e depois ampliado em 2007. Esse mapeamento encontrou 21855 grupos em que, aproximadamente, dois milhões de brasileiros trabalham. Desse total 51,8% deles são associações, 36,5% são grupos informais e 9,7% são cooperativas.

⁹ Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/sistema-nacional-de-informacoes-em-economia-solidaria/>

Nesse contexto, o Rio Grande do Sul aparece como o estado brasileiro com o maior número de grupos do Brasil e a cidade de São Leopoldo como a 13ª posição em número de iniciativas no Estado, com 26 grupos de acordo com a Base SIES de 2007. No entanto, ao realizar a pesquisa, em 2011, catalogamos cerca de 35 grupos. Ademais, a cidade se destaca em termos de organização e mobilização dos trabalhadores, pois ocorrem na cidade três fóruns autônomos das associações: Fórum de São Leopoldo de Economia Solidária, Fórum de Recicladores de São Leopoldo e Fórum de Recicladores do Vale do Rio dos Sinos.

A emergência desses fóruns e grupos no município ocorreu muito por causa da administração do Partido dos Trabalhadores (PT) de 2005 a 2012 que realizou anualmente assembleias do Orçamento Participativo¹⁰ com eleição de lideranças comunitárias para delegados e um amplo conjunto de políticas públicas em parceria com as associações feiras municipais de economia solidária e na coleta seletiva periódica. Ou seja, aquilo que Avritzer (2004) chama de sanfona participativa foi aberta no município pelo governo PT, institucionalizando e promovendo a participação e as relações entre poder público, movimentos sociais¹¹ e associações.

3. AS LIDERANÇAS E A PARTICIPAÇÃO NAS ASSOCIAÇÕES

Como mostramos acima, o movimento da economia solidária sugere a autogestão em ambientes associativos e cooperativos em que, sem exigirmos tanto dessas práticas, no mínimo deveriam imperar lógicas de participação¹² democrática, uma vez que todos são sócios dos empreendimentos. No entanto, as poucas pesquisas que vem se dedicando as análises da participação no interior dos grupos destacam que as lideranças existem e afetam diretamente o grau de participação coletiva.

¹⁰ Embora tenhamos inserido o tema do OP nas entrevistas deixamos de fora dessa análise devido a dimensão que tal análise tomaria do artigo.

¹¹ Entendemos movimentos sociais como “distintos de outros atores coletivos, como partidos políticos ou grupos de pressão, por terem a mobilização de massa, ou a ameaça de mobilização, como sua principal fonte de pressão social e, assim, de poder. Eles se distinguem ainda de outras coletividades, como as associações voluntárias ou clubes, por serem centralmente voltados à defesa ou mudança da sociedade, ou da posição relativa do grupo na sociedade”(Scott, 1990, p.6).

¹² Cabe frisar a participação política é um dos conceitos principais para os teóricos da democracia participativa. Em Carole Pateman temos a seguinte divisão: participação plena e participação parcial. Na primeira não existe intermediários entre a tomada de decisão e os envolvidos no processo. Na segunda ocorre a participação só que “o poder final de decidir pertence apenas a uma das partes.” (PATEMAN, 1970, p.97).

As entrevistas que realizamos com essas lideranças em São Leopoldo corroboram a hipótese de que a participação tende a ser pouco exercida nos grupos, e que um pequeno número de indivíduos tomam as decisões. Das nove lideranças que entrevistamos, cinco deixaram evidente que a participação dos associados nos processos coletivos é baixa e que eles acabam tomando as decisões, ora sozinhos, ora em pequenos grupos, como podemos observar nas seguintes falas:

(Entrevista de D.N)	(Entrevista N.)
‘Olha, bem na verdade ai já começa a dar problema. O pessoal não é muito disso, às vezes a gente passa 4 meses sem fazer nada, pra te falar bem exato, geralmente é aquela anual mesmo, a prestação de contas. Aí agente já tira um tempo a mais. O escritório de contabilidade vêm e faz a parte dele e depois agente faz a nossa parte. Daí agente tira um tempo pra conversar um pouco mais, ai tem eleição do conselho fiscal, E daí tem mais conversas.’	“Nós temos o livro da ata que nós assinemo! cada reunião que saí, cada mês nós temos uma reunião [...]Uns 5 só falam (<i>esse empreendimento possui 120 trabalhadores – grifo nosso -</i>), o resto só fica escutando....eles dizem na hora que vão falar e chega na hora e ninguém fala. Ficam quietos.”
(Entrevista de D.C.)	(Entrevista M.)
‘Na realidade quando tem reunião, só eu falo. Só eu falo. Eu só trago informações pra eles. Só quando tem que comprar alguma coisa com o dinheiro do convênio ai eu sento e dai eles falam, mas em questões assim de reunião que eu vou, eu tento trazer as discussões, acaba só eu depois tendo que fazer o relato e levar pros caras e dizer: Ah, foi o grupo!!.’	“e eu faço quenem a rainha da Inglaterra, eu reino mas não governo, qualquer decisão a diretoria sempre é formada ou então a maioria das decisões é sempre pela assembleia geral que vai aprova, é democrático nesse sentido, todos tem direito a fala, manifesta sua opinião[...].”
(Entrevista J.)	
“Eu sou o presidente, o J. o vice-presidente e o seu V. é o nosso tesoureiro então é a nossa diretoria [...] a diretoria é nós três, até para agente exercitar, agente faz reuniões aqui em 15 dias. Eu vou no fórum, trago as coisas pra eles, aqui compartilho, então assim, na verdade tem um procedimento de uma cooperativa. Só que assim ó, eu o seu Valdir e o João, nós temos esse cuidado de ter uma equipe qualificada.”	

No contexto estudado, estas falas apontam as limitações de uma caracterização participativa ou solidária de liderança, como sugerem Veronese e Scholz (2011, p.15),

“o líder solidário [...] possui competências necessárias para a execução da tarefa (comunicação, conhecimento técnico e educacional, empatia, confiança, paciência, transparência, etc.); toma as decisões democraticamente em reuniões; representa o empreendimento nos contextos externos e articula-se politicamente.”

As declarações mostram uma elitização na administração dos grupos e o estabelecimento do chamado poder administrativo (LAVILLE, 2004) por parte das lideranças. Esse poder está localizado nas instâncias finais de controle, gestão e decisão

dos grupos e é responsável pelo distanciamento e diferenciação funcional dos que ocupam estes postos. Influenciado pela linguagem habermasiana, para Jean-Louis Laville (2004) em associações e cooperativas há um constante conflito entre o poder administrativo e o poder comunicacional¹³, posto que as demandas expressas pelos indivíduos podem ser contidas pelos que se situam nas instâncias administrativas e que possuem o controle das decisões. Em uma perspectiva semelhante, Lorena Holzmann (2000, p. 54) realizou um estudo de caso com uma cooperativa no Rio Grande do Sul em que

“a divisão do trabalho entre trabalhadores que fazem (manuais) e trabalhadores que pensam (intelectuais) e as relações de dominação/subordinação existentes entre eles se renovaram e foram consentidas na esfera do discurso, assegurando aos que dominavam as formas sancionadas do discurso a condução do processo de tomada de decisões”.

Essas são evidências de que o fluxo de comunicação entre os associados não é tão fluído assim, uma vez que existem dificuldades de participação e inserção de demandas quando necessitam do aval daqueles vinculados ao poder administrativo. A pesquisa realizada mostrou que são os gestores que possuem o poder final de decisão, enquanto que os demais associados ficam condicionados a utilizarem o poder comunicativo.

No entanto precisamos aprofundar empiricamente as inter-relações entre o poder das lideranças que dirigem os grupos (poder administrativo) e as pressões e demandas dos associados (poder comunicacional), pois também fica claro nos depoimentos que existem mecanismos de sanção, autorização e incorporação das falas dos associados nas decisões, ou seja, de utilização do poder comunicacional. Como podemos ver nas seguintes passagens os associados não são simplesmente passivos diante das lideranças:

(Entrevista A.)	(Entrevista D.A)
‘Nós fazemos uma pré-organização na reunião de diretoria ai depois nós apresentamos pro grupo aprovar sim ou não e ai depois abre pra debate se ele concorda com aquela forma ou não.’	“Pompilio - Não tem gente que às vezes tenta escapar das reuniões e das discussões? D.A – Não, porque se a pessoa não participa agente cobra dela, e se ela não quer participar ela ganha falta no trabalho.”
(Entrevista J.)	(Entrevista M.)

¹³ Segundo Laville (2004, p.252), “el poder comunicacional que expresa lãs orientaciones normativas y el poder administrativo que lãs reformula em La clave de La eficácia, com uma tendencia que el poder administrativo instrumentalice el poder comunicacional integrandolo comom uma de sus funciones.”

<p>‘Eles decidiram, numa reunião que eu disse: feriado é feriado! E isso partiu do seu João, do Valdir e eles disseram não. Eles disseram que não adianta fazer feriado se a gente vai perder.’</p>	<p>“agora, por exemplo, nós fizemos um convenio com a TRENSURB para um espaço na estação São Leopoldo, nós que tínhamos tudo organizado, mas pra eu chegar lá a associação teve que reunir a assembleia geral para ver se ele aprovavam isso ai, foi difícil a coisa até que eu pude expressar a ideia.”</p>
---	--

Apesar de que nos grupos analisados as práticas políticas desenvolvidas internamente são caracterizadas pela emergência de uma liderança forte com altos níveis de autonomia em relação aos coletivos, os demais associados em determinados momentos são impulsionados a participar. De acordo com as observações realizadas nas reuniões e os depoimentos de vários associados participantes, é possível apontar que as reuniões mensais e quinzenais são utilizadas pelas direções para demonstrar a transparência das gestões dos empreendimentos para os demais trabalhadores e para a comunidade na qual estão inseridos, assim como ratificar as ações e propostas das diretorias. Na maioria das vezes o conteúdo dessas reuniões é técnico e diz respeito, principalmente, à questão financeira dos empreendimentos. Funcionando de forma vertical, como em uma prestação de contas, a diretoria expõe, por exemplo, os balanços de pagamento e o dinheiro em caixa¹⁴. Com isso, a participação e o envolvimento dos trabalhadores, no que diz respeito às demandas gerais, usualmente é reduzido na autorização da atuação das lideranças.

Ao serem questionadas sobre a falta de participação dos associados as lideranças mobilizam duas explicações centrais. A primeira tende a reforçar as conclusões de Avritzer (2004) e Gurza Lavalle (2007) de que a baixa escolaridade dos associados é senão o principal, um dos principais fatores para a falta de participação e para o pouco senso de competência política no Brasil. As pessoas com menos renda, portanto, tendem a participar menos da vida associativa e a ter um menor senso de incidência política nas instituições.

Durante as entrevistas a questão da escolaridade sempre foi um dos assuntos dos quais as lideranças lançam mão para justificar a falta de participação, como podemos notar nas seguintes observações: “aqui no grupo tem bastante gente que não sabe ler nem escrever, tem alguns analfabetos também.” (Entrevista D.A); “talvez se tu chegar

¹⁴ As informações apresentadas são fruto das observações, entrevistas e coleta de documentos nos empreendimentos de economia solidária na cidade de São Leopoldo. Para um detalhamento maior dessas informações, sugerimos Locks (2012) ou Locks e Gugliano (2012).

ali e vai perguntar o grau de estudo de cada um ele vai te dizer 3ª série, 4ª série” (Entrevista D.N); “antes eu era apenas um integrante do grupo, por isso que eu entrei porque não tinham ninguém que assumia. É claro que eu não tenho aquela escolaridade, eu tenho a 5ª série, mas em vista das pessoas que nós tinha naquele momento o único era o D.C.” (Entrevista D.C).

A falta de estudo formal parece amplificar as dificuldades de comunicação e participação dos associados, que passam a ter vergonha ou a simplesmente não se interessar e ignorar a possibilidade de participação, ou seja, “por incrível que pareça, pra ti ver que eu to na liderança até hoje, justamente por causa disso, as pessoas muitas vezes, eles tem medo de falar” (Entrevista D.C). No mesmo sentido, “às vezes agente tem integrantes que não querem falar, são muito envergonhadas né!(apontando para a outra integrante que estava no local). Não falam nada. ” (Entrevista P.T). Pelas conclusões das lideranças, os associados se interessam mais por trabalhar do que por ficar debatendo os assuntos coletivos como se vê na seguinte entrevista, “até eu quero que elas venham uma para ser coordenadora. Elas acham que não vão entender, realmente, quando eu entrei tu leva tempo pra entender a reunião , mas agora eu to gostando da reunião” (Entrevista V.R).

O segundo fator que influencia a baixa participação presente no discurso das lideranças é a alta rotatividade dos associados. Essa dificuldade do manutenção dos trabalhadores ocorria muito em conta do caráter híbrido, formal e informal, das associações e cooperativas que, embora regulamentadas de acordo com as leis brasileiras, não precisavam oferecer direitos trabalhistas aos associados. A partir da lei nº 12.690 de julho de 2012 foi regulamentado pelo menos o trabalho nas cooperativas em sincronia com as leis trabalhistas das empresas privadas. No entanto, acreditamos que o problema deve se manter nas associações em que “nós temos uma rotatividade meio alta toda semana tem uma pessoa entrando e saindo então não adianta agente parar toda semana pra fazer uma assembleia, então às pessoas entram ou sai agente tem uma reunião por mês, agente coloca em pauta.” (Entrevista P.L). No mesmo sentido, “a entrada e saída de membros atrapalha, porque agora agente precisava, agente ta entre nove caminhando para 10, tem antigas que voltaram” (Entrevista P.T).

Entendemos que essas dificuldades constatadas nesse trabalho também são o reflexo de ambientes autoritários, excludentes e com pouco estímulo a participação no

qual estão imersos grande parte desses grupos. Desse modo, a emergência de uma liderança forte com uma ampla distância ideológica e discursiva dos demais, acompanhada de problemas estruturais como baixos índices educacionais e vulnerabilidade social geram uma baixa participação e envolvimento dos associados no que diz respeito às demandas gerais dos coletivos.

4. AS LIDERANÇAS E OS VÍNCULOS EXTERNOS

As reflexões que trouxemos até aqui mostram a pertinência de olharmos para as lideranças nos ambientes associativos. Do ponto de vista analítico, as percepções mais amplas dos líderes geram um material riquíssimo para a análise e que possibilitam uma compreensão mais apurada da vida interna nos grupos. Do ponto de vista teórico, ao mesmo tempo em que aparecem como figuras centrais na organização e mobilização interna dos grupos, também articulam os processos externos, pois estão imersos em contextos políticos e socioeconômicos complexos.

No entanto, nem todas as movimentações e estratégias dessas lideranças podem ser captadas por meio de entrevistas. Somente com uma inserção profunda no campo, através de conversas informais com as lideranças, com os trabalhadores, com os órgãos de assessoria e o poder público conseguimos compreender uma das áreas mais nebulosas¹⁵ do estudo: os vínculos externos dos líderes dos grupos com partidos políticos, movimentos sociais e com o poder público.

Tais relações foram ignoradas durante muito tempo na literatura nacional devido à ênfase em um debate altamente normativo e dicotômico entre autonomia e dependência das organizações frente às instituições (GURZA-LAVALLE, 2007; TATAGIBA, 2010). Somente a partir dos últimos anos houve um questionamento da dicotomia anterior e algumas pesquisas começaram a observar mais de perto a complexidade e amplitude das relações estabelecidas entre a sociedade civil e o sistema político.

Uma das principais contribuições nesse sentido foi feita por Tatagiba e Teixeira (2007) em sua pesquisa sobre o Movimento de Habitação em São Paulo. As autoras

¹⁵ Nebulosas, pois são relações que nenhuma das partes faz questão de revelar abertamente. Por parte das lideranças, os vínculos com determinados políticos ou movimentos sociais podem abrir portas que, em certa medida, é melhor que sejam exclusivas.

observaram que com os governos do Partido dos Trabalhadores no Brasil, surgiram lideranças que transitam entre os partidos políticos, os movimentos sociais e a esfera governamental, exercendo o que chamaram de tripla militância. Ao mesmo tempo essas lideranças entraram em um processo de profissionalização da militância política (TATAGIBA, 2010; CRUZ, 2007), em que passaram a se responsabilizar por intermediar o diálogo entre setores da sociedade com os partidos e os governos. No entanto, problematizam de maneira pertinente:

“Quais os dilemas específicos que a ampliação dos canais de participação, associados à emergência de governos de esquerda, impõe à ação dos movimentos? Até que ponto os conceitos de autonomia e independência, ou cooptação e instrumentalização são ainda adequados para compreender a natureza e os significados dessas interações?” (2010, p.66).

A partir dessas questões, também observamos fenômenos similares no contexto da pesquisa. Dos nove grupos analisados verificamos a existência de duas lideranças que exerciam a tripla militância e que por isso se tornavam referências em termos de participação associativa na cidade. Advindas de associações de reciclagem ambas passaram a trabalhar como Cargos de Confiança nos setores de coleta seletiva da prefeitura e eram responsáveis pela intermediação entre o aparato institucional do Estado, as demandas gerais do movimento e as demandas específicas dos coletivos do qual faziam parte.

De acordo com a crítica de uma das lideranças, “os dois estão lá dentro pelo mesmo motivo, vieram da política para o trabalho social, pra se fortalecer para depois retornar para a política.” (Entrevista D.C). Contudo, existem algumas especificidades e contrariedade nos discursos sobre essas relações, pois existem caminhos distintos nesse movimento associação-partido-governo e não há necessariamente uma linearidade. Ou seja, enquanto uma liderança parece ter realmente vindo da política para o trabalho social em busca de recursos políticos¹⁶, a outra liderança indica que começou no movimento social como dirigente de uma entidade, entrou no partido político e depois galgou um cargo de confiança no Poder Executivo municipal. Destacamos a narrativa dessa liderança:

¹⁶ Esses recursos são a possibilidade de obtenção de votos de determinada comunidade e a possibilidade de entrar na administração pública via em cargos de confiança no executivo municipal, o que de fato ocorreu.

“eu fiz campanha lá pro deputado que não vem ao caso citar, ai ele me chamou para ser assessor, e por ter todo trabalho da reciclagem e da campanha, pra desenvolver um trabalho na área de resíduos sólidos. Isso foi agora em janeiro desse ano, fevereiro aliás, trabalhei com o deputado até junho e surgiu a vaga de coordenar a coleta seletiva em São Leopoldo através da SELIMP, pra mim foi surpresa que eles apontaram meu nome pra ta coordenando a coleta seletiva, porque na visão do governo é mais fácil alguém que teve dentro do movimento coordenar e também os próprios catadores aceitaram isso como um bom nome porque é um catador que vai lutar por eles e se esforçar pela classe.” (Entrevista A.L)

Além dos casos de tripla militância, que, como mostramos, expressam um determinado circuito político-institucional, podemos afirmar que nas nove associações e cooperativas as lideranças exercem a dupla militância, ora em movimentos sociais ora em partidos políticos¹⁷. Essas lideranças, assim, estão situadas em um contexto social complexo em que lidam não só com os associados, mas também com os movimentos sociais dos quais fazem parte, bem como os partidos políticos e os governos. Com o intuito de ir além da simples constatação dessas conexões, pretendemos iniciar uma análise das possíveis diferenças entre o relacionamento com os movimentos sociais e os partidos políticos e governos para as lideranças e seus coletivos.

Em relação aos *partidos políticos e ao poder público*, embora sejam instituições diferentes, em São Leopoldo ambos estão entrelaçados, visto que sete associações possuem vínculos com políticos do PT que, por sua vez, controlava o poder público. Entretanto a natureza dos vínculos com partidos, ou melhor, com os políticos de determinados partidos é realizada de formas distintas.

Algumas lideranças são militantes registrados e ativos no partido governista. Esse contato direto entre as instituições pode ser visto na seguinte declaração: “eu sou filiado ao PT, mas eu digo não é tudo no PT que eu apoio, eu acho que eu vou naquilo que ta certo e que me convém e que convém para associação.” (Entrevista M.). No mesmo sentido,

“eles tão trabalhando com o meu nome pra vereador em 2016. Eu não disse que sim nem que não, mas eu digo: Vocês sabem o que esperam de mim, então procurem me convencer e trabalhar pra isso por que eu vou sugar de vocês o máximo que eu puder.” (Entrevista J.).

¹⁷ Destacamos que sete delas declararam possuir vínculo com políticos do Partido dos Trabalhadores

“eles vem aqui prometem um monte de coisa e depois não fazem nada, eles te usam aqueles dois, três meses ali e depois tu não é mais nada pra eles, inclusive eu to saindo da direita dentro do partido, e indo pra esquerda, to indo pra DS (Democracia Socialista).” (Entrevista D. C).

É interessante notar que nesses grupos cujas lideranças possuem um vínculo direto e permanente com os políticos profissionais e os partidos, os limites de começo e término das instituições são mais frouxos. Essa característica pode possibilitar as lideranças um maior acesso ao poder público, que se traduz na facilidade de obtenção de recursos via políticas públicas, uma vez que a prefeitura estava nas mãos do governo petista.

Por outro lado, as relações associações – partidos – governo, ocorrem de maneira mais episódica e seletiva em alguns grupos, nos quais o vínculo é acionado quando uma das partes necessita. Em suma, esses momentos específicos podem ocorrer quando os políticos estão em busca de votos, ou quando as associações precisam de algum auxílio para seu funcionamento, como podemos ver nas seguintes falas: “agente não força ninguém a votar, como aqui, a vereadora D. deu um apoio muito grande, mas agente nunca impôs pro pessoal: Vocês são obrigados a votar nela! No ano passado também teve bastante político procurando nós.” (Entrevista D.A). Os relatos coletados deixam evidente que os políticos e os partidos visualizam um grande potencial de votos nas associações e nas cooperativas e, em contraposição, os grupos vêm nessas conexões possibilidades de resolver seus problemas,

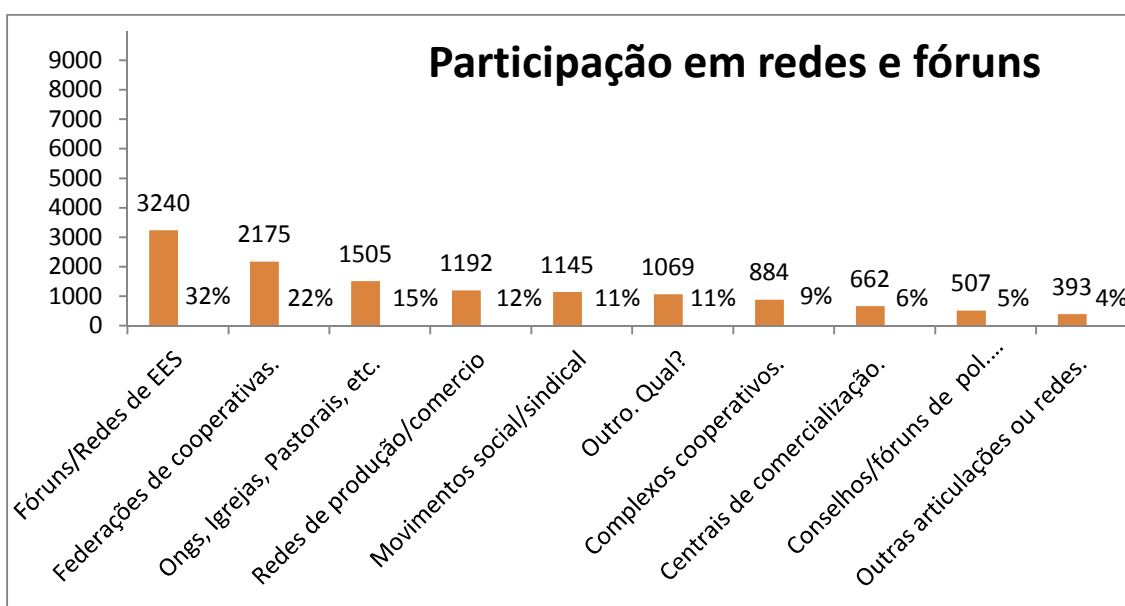
“Dia 26 passado houve aquele Leilão da outra parte da cooperativa e agente meio que se apavorou. O pessoal ficou meio nervoso, daí claro a diretoria tem que tomar a frente. Agente simplesmente pegou o telefone e ligou para o Deputado Z., e ele falou assim: Pode deixar pra mim que eu vou lá! Então sempre apoiou né, porque desde o começo foi ele, ele pagou até um ônibus a disposição aqui na época e conhecer duas cooperativas.” (Entrevista D.N)

Como mostramos acima, o que acontece é mais do que uma relação passiva de cooptação e dependência da parte mais forte para com a parte mais fraca. São diversas e complexas as conexões estabelecidas uma vez que as lideranças e seus grupos também utilizam de seus recursos como moeda de barganha para adentrar nas malhas institucionais e desenvolver seus projetos em várias frentes. Diante disso a questão metodológica e teórica a ser respondida pela literatura é se os associados efetivamente

melhoram sua condição de vida e obtém benefícios com essas estratégias desenvolvidas pelas lideranças em relação aos políticos e aos partidos.

Já em relação aos movimentos sociais em que as associações participam, primeiramente apresentamos os dados da Base SIES que servem para verificar de maneira global a participação dos grupos em redes e fóruns:

GRÁFICO 4 – Associações, cooperativas e grupos informais que participam de ações coletivas externas no Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações da base SIES.

Por intermédio desses dados também podemos perceber que do total de grupos no Brasil, 65% participam de algo externo, com destaque para o fato de que 32% desses participam de movimentos de economia solidária e 11% tem vínculo com movimentos sociais ou sindicais. As entrevistas com as lideranças nos mostraram a importância dessas relações externas aos empreendimentos para mudar e impulsionar a percepção dos envolvidos sobre os processos participativos, como podemos notar na seguinte fala:

“até eu quero que elas venham uma para ser coordenadora (*do fórum de economia solidária de São Leopoldo - grifo nosso*)[...]elas acham que não vão entender. Realmente, quando eu entrei tu leva tempo pra entender a reunião, mas agora eu to gostando das reuniões e sou honesta, no começo tu não entendia o que eles falavam. Tu leva tempo, e agora não. Hoje eu entendo, hoje eu gosto de vir, gosto de participar.” (Entrevista V.R.).

Como também parece ser o caso dos partidos políticos que mostramos anteriormente, as experiências participativas em fóruns e redes de discussão ou movimentos sociais colocam os envolvidos em condições de serem protagonistas políticos nas comunidades onde vivem e dos grupos que participam. As lideranças, assim, parecem aprender a se posicionar nas disputas políticas a partir desses relacionamentos externos.

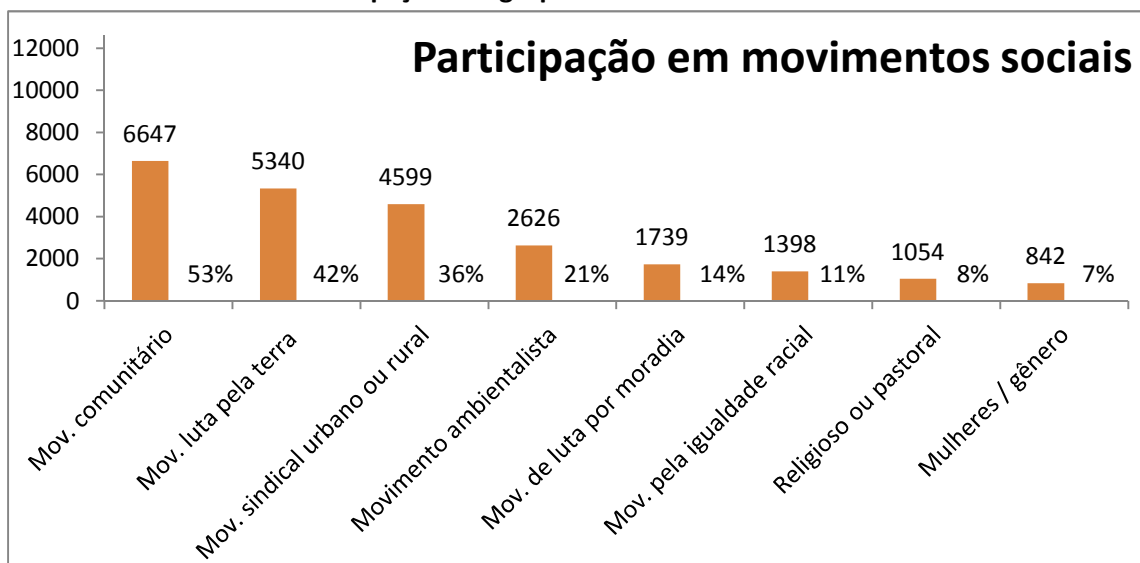
Especificamente nos fóruns de São Leopoldo que acompanhamos os participantes discorrem sobre as práticas de trabalho diárias, as possibilidades de ação conjunta e, com uma regularidade frequente, passam a limpo questões que transparecem as relações de poder entre líderes e liderados nos locais de trabalho. Exemplo disso é a observação de um dos participantes do Fórum de Recicladores de São Leopoldo,

“existe a democracia entre aspas, tem seis ou sete coordenadores, mas é um só que manda, os outros são só pro nome, a partir do momento que vão aparecendo novas lideranças, esses líderes, entre aspas, que tão comandando começam a ver que não é bem assim o negócio”

No mesmo sentido, outro participante enfatizou: “aqui a gente fica maquiando o problema, quando nós formos discutir o regimento (do Fórum) o pessoal não sabia nem o que era um regimento. As pessoas que compõem o grupo X muitas vezes não sabem nem o que é economia solidária. Eles só querem participar das feiras”. Ou seja, esses espaços externos aos grupos possibilitam uma espécie de controle mútuo, responsabilização e aprendizado entre as lideranças.

Além das redes externas as associações possuem relações específicas com os movimentos sociais como podemos ver pelos seguintes dados:

Gráfico 4 – Participação dos grupos em movimentos sociais no Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações da base SIES.

Com base nesses dados notamos que a maioria, 53%, possui vínculo com o movimento comunitário¹⁸, 42% com o movimento pela terra, 36% com movimento sindical, 21% com o ambientalista. Há, portanto, um emaranhado de movimentos, fóruns e redes no Brasil que inserem uma pluralidade de atores que fortalecem a sociedade civil.

No caso de São Leopoldo o movimento guarda-chuva que engloba todos os demais é o da economia solidária, como afirma um dos entrevistados: “eu participo de vários movimentos. E a própria economia solidária já é um movimento social” (Entrevista M.). Participar da rede de economia solidária além de muitos outros benefícios possibilita o acesso a uma série de políticas públicas e recursos municipais, estaduais e federais que são desenvolvidos pela SENAES em nível nacional. No entanto os grupos que estudamos também participam simultaneamente de outros tipos de movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), Movimentos Sindicais de Metalúrgicos, o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), o Movimento de recuperação de empresas falidas capitaneado pela ANTEAG, além dos fóruns desenvolvidos na cidade com apoio da

¹⁸ É digno de nota que não há uma conceituação precisa do que seja movimento comunitário para a SENAES.

UNISINOS¹⁹: Fórum de São Leopoldo de Economia Solidária, Fórum de Recicladores de São Leopoldo e Fórum de Recicladores do Vale do Rio dos Sinos.

As lideranças inseridas nesse amplo contexto de organizações e movimentos sociais aprendem a agir coletivamente e a participar politicamente, nas palavras de um dos entrevistados:

“a gente se organiza em 12 famílias e entra dentro do movimento do MTD, que na época tinha como pauta reivindicar as frentes emergenciais de trabalho, que era o salário mínimo na época[...]com certeza, aprendi muito, inclusive a me relaciona com as pessoas, o movimento te dá essa oportunidade, de tu aprender a se relacionar, trabalhar em coletivo. Mas eu nunca eu imaginei que conseguiria, eu coordeno esse grupo aqui desde 2004 [...] por que eu era xucro. Era só aham, sim, tudo bem. E só na minha, claro mas eu não tenho aquela escolaridade, eu tenho a 5ª série. Só que três, quatro meses dentro do movimento eu vi que as coisas assim não eram como eu pensava, que não é um bicho de sete cabeças” (Entrevista D.C.).

Ao mesmo tempo em que ocorre esse aprendizado, as lideranças que participam destoam em termos de experiência, oratória e militância dos demais associados, que em sua maioria estão somente em busca de novas opções de emprego. Esses valores e crenças dos militantes e dos não militantes igualmente caracterizam situações de permuta recíproca. De acordo com Mansbridge:

Os movimentos sociais trabalham tanto para mudar o modo de pensar das pessoas quanto para pressionar os governos para a implementação de leis. A conversação política intencional dos ativistas políticos tanto influencia quanto é influenciada pela conversação cotidiana dos não ativistas [...]. Não ativistas afetam o que os ativistas dizem e pensam [...] por responderem a essas ofertas demonstrando entendimento ou confusão, interesse ou enfado, apropriação ou rejeição [...] testam novas e velhas ideias contra suas realidades diárias (Mansbridge, 2009, p. 210).

Mesmo que os objetivos e a influência dos movimentos sociais e dos partidos políticos sejam diferentes nas associações e cooperativas, no caso da cidade de São Leopoldo eles se entrelaçam. Grande parte dos coletivos e suas respectivas lideranças, são absorvidos pelo Partido dos Trabalhadores que justamente encontra sua

¹⁹ Universidade do Vale do Rio dos Sinos é uma universidade local que possui um convenio com o governo, especificamente com a SENAES, para prestar assessoria ao movimento de catadores e de economia solidária na cidade de São Leopoldo, cidade sede da universidade.

legitimidade de governo na inserção desses atores no sistema político. Enquanto nos movimentos sociais os líderes direcionam sua atuação na direção da sociedade, como afirma Scott (1990, p.6) “por serem centralmente voltados à defesa ou mudança da sociedade, ou da posição relativa do grupo na sociedade”, a conexão com os partidos a se orienta para a obtenção e disputa por recursos dentro do sistema político. No entanto são afirmações que necessitam de mais evidências e pesquisas para serem comprovadas e entendidas de maneira mais sistemática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dessa pesquisa observamos que uma análise das lideranças é essencial para compreendermos as conexões que são estabelecidas internamente e externamente nas associações e cooperativas. Como elas se movimentam nos interstícios do sistema, oferecem impressões substanciais dos problemas grupais de participação política e também das pressões externas do sistema político e dos movimentos sociais. Acreditamos também que muitos pontos abordados aqui contribuem para o estabelecimento de um debate mais aprofundado sobre o associativismo no Brasil.

Entre as contribuições que trouxemos nesse artigo está a constatação por parte dos dirigentes dos empreendimentos de que a participação dos associados é realizada de maneira insatisfatória. Os espaços de fala nas reuniões e as tomadas de decisões são, na maioria das vezes, dominados pelos líderes que se apoiam na passividade dos demais envolvidos. Entre os prováveis problemas apontados para essa apatia política dois foram citados como os principais: a baixa escolaridade e a alta rotatividade.

As lideranças precisam de certas habilidades para dirigir os grupos com êxito, como, por exemplo, conhecimentos básicos de administração que por sua vez envolvem cálculos complexos e habilidades de comunicação em que se usa a fala de maneira precisa. A partir disso, os líderes afirmam que a maioria não possui essas habilidades, justamente porque possuem um nível escolar baixo que impede sua ascensão a postos administrativos. Em paralelo, os associados não vêm as associações e cooperativas como ambientes em que possam construir uma carreira e isso faz com que sejam altas as saídas e entradas de associados. Em consequência, essa rotatividade impede uma identificação com os princípios cooperativos e associativos e dificulta as possibilidades de participação individual.

Em relação aos aspectos externos, em São Leopoldo existe uma complexa teia de relações entre associações, movimentos sociais, partidos e o poder público, que por um lado aprofundam as relações indivíduos, sociedade civil, estado, e por outro, tornam as relações cada vez mais difíceis de serem captadas e compreendidas. Especificamente em nosso estudo, sete lideranças possuíam vínculo com o partido dos trabalhadores e todas elas participavam de algum movimento social externo aos grupos.

Pode ser que essas conexões externas também sejam responsáveis pela criação de um *status* diferenciado das lideranças ante aos demais trabalhadores, contribuindo para os fatores que geram a falta de participação e a consecutiva dependência dos grupos dos dirigentes. Como são participantes ativos das reuniões de partidos ou de atividades de movimentos sociais, tornam-se essenciais para a sobrevivência dos coletivos, pois captam através desses contatos recursos e auxílios que viabilizam os empreendimentos. Por outro lado, os próprios partidos e movimentos também usufruem desse vínculo se apropriando das possibilidades eleitorais ou de divulgação que as coletividades oferecem.

Enfim, há no caso de São Leopoldo uma interessante relação entre os distintos movimentos sociais e o PT, que parece encampar esses atores e grupos junto ao poder público. Como é um partido identificado com as causas das camadas populacionais mais vulneráveis, sua agenda também tende a oferecer a esses grupos maiores oportunidades de obtenção de recursos e inserção de temas junto ao estado, o que também legitima os pressupostos ideológicos do governo. Esse panorama de relações entre o estado e a sociedade configura-se em uma novidade no sistema político brasileiro que confronta uma enormidade de concepções que os pesquisadores desenvolveram até agora e que precisam de esforços mais contínuos de análise.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, Leonardo. **Um Desenho Institucional Para o Novo Associativismo**. Lua Nova: São Paulo, nº 39, p. 149-174, 1997.

AVRITZER, Leonardo (org.). **A participação em São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BAQUERO, Marcello. **Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil.** Revista de Sociologia Política, Curitiba, 21, p. 83-108, nov. 2003

CADENA-ROA, Jorge; ESPINOSA, Cristina Puga. **Criterios para la evaluación del desempeño de las asociaciones.** Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales n° 193: p. 13-40, 2005.

CRUZ, Gisele R. **Associativismo e Democratização da Sociedade: limites e possibilidades.** Comunicação & Política, v. 24, p. 89-114, 2007.

GAIGER, Luiz Inácio (org.) **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

GURZA LAVALLE, Adrian; CASTELLO, Graziela; BICHR, Renata. **Protagonistas na Sociedade Civil; Redes e Centralidades de Organizações Cívicas em São Paulo.** Dados (Rio de Janeiro. Impresso), v. 50, p. 465-497, 2007.

HOLZMANN, Lorena. **Gestão Cooperativa: Limites e obstáculos à participação democrática.** In: SINGER, Paul e SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. Editora Contexto, São Paulo, 2000.

LAVILLE, Jean-Louis (Org.). **Economía Social y Solidaria. Una Visión europea.** Buenos Aires: Altamira, 2004.

LOCKS, Pompilio. **Democracia e Economia solidária: Uma análise das práticas de tomada de decisão em empreendimentos econômicos solidários.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2001. [Dissertação de Mestrado em conclusão].

LOCKS, Pompilio; GUGLIANO, Alfredo. **Democracia e Economia Solidária: limitações e potencialidades.** Brasília: Revista Brasileira de Ciência Política, 2013.

MANSBRIDGE, Jane. **A conversação cotidiana no sistema deliberativo.** In: MARQUES, Angela C. Salgueira (org.). A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas. Belo Horizonte: Editora Autentica, 2009.

MELO, Carlos. **Notas e reflexões sobre “Liderança Política”: contribuição para delimitação de um campo de estudo.** Aurora: revista de arte, mídia e política, São Paulo, v.5, n.14, p.11-30, jun.-set. 2012.

RAPOPORT, Sara Gordon. **Modalidades de liderazgo em organizaciones de acción colectiva.** In: LUNA, Matilde; PUGA, Cristina (org.). Nuevas perspectiva para el estudio de las asociaciones. Ciudad de Mexico: Anthropos Editorial, 2010.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Associativismo civil e interculturalidade na sociedade global.** Revista de Educação Pública, 6, 10, 1998.

SCHERER-WARREN, Ilse; CHAVES, Iara. **Associativismo Civil em Santa Catarina: Trajetórias e Tendências**. Florianópolis: Editora Insular, 2004.

SCOTT, James. **Domination and the arts of resistance: hidden transcripts**. New Haven: Yale University Press, 1990.

SILVA, Marcelo K. **Mapa do associativismo em Porto Alegre**. Porto Alegre, 2007. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio/default.php?p_secao=6

SENAES. **Economia solidária em desenvolvimento**. Brasília: SENAE/TEM, 2003.

TATAGIBA, Luciana; TEIXEIRA, Ana. C. **O papel do CMH na política de habitação em São Paulo**. In: CYMBALISTA, R. ET AL. **Habitação: controle social e política pública**. São Paulo: Instituto Pólis, 2007.

TATAGIBA, Luciana. **Desafios da relação entre movimentos sociais e instituições políticas. O caso do movimento de moradia da cidade de São Paulo – Primeiras reflexões**. Colombia Internacional v. 71, 2010.

VERONESE, Marília. V.; SCHOLZ, Robinson H. **O processo emergência da liderança solidária compartilhada: um estudo de casos múltiplos**. XI Congresso Luso-Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2011.